

AS CIDADELAS ESQUECIDAS DE HENRY FORD NA SELVA AMAZÔNICA

Resenha do livro “Fordlândia – ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva”.

GRANDiN, Greg. Rio de Janeiro: Rocco, 2010, 397pgs. (copyright 2009).

Resenhado por Selene Herculano

O livro, escrito por um professor de história da Universidade de Nova York e enriquecido por muitas fotos históricas, nos descreve a saga de Fordlândia e Belterra, núcleos urbanos erguidos na Amazônia brasileira para o cultivo intensivo, em modelo de “*plantation*”, das seringueiras.

“Ford” é um nome presente no cotidiano contemporâneo desde 1903, quando a Ford Motor Company foi fundada em Detroit, aos 40 anos de seu criador. “Fordismo” tornou-se um conceito das ciências sociais para caracterizar um período e uma prática da sociedade industrial do século XX, orientada pela produção em linha de montagem (inspirada, segundo o próprio Ford, na “linha de desmontagem” dos abatedouros) e pelo consumo de massa, através de uma política salarial de trabalhadores bem pagos, que pudessem constituir mercado aquisitivo para o que faziam: “altos salários - o dia de 5 dólares - para criar grandes mercados!” (p. 53); “nossa classe compradora é nossa classe trabalhadora [...] e nossa classe trabalhadora precisa se tornar nossa classe de lazer para que nossa imensa produção seja equilibrada pelo consumo” (p. 84).

O termo Fordismo também designa uma disciplina extra-fábrica, tida como moralista e autoritária: o Departamento Sociológico de suas unidades de Dearborn e Detroit (chefiado pelo Reverendo Marquis), embora saudado como um programa de reforma cívica, onde se aplicaria um novo humanismo industrial, foi denunciado na época como um sistema de vigilância (p. 51). A velocidade da linha de montagem de suas fábricas, onde em 1911-12 um pouco menos de sete mil trabalhadores produziram 78.400 veículos modelo T (p.49), e a tática do medo utilizada por Harry Bennett, diretor do Departamento de Serviços, um ex-pugilista descrito por Grandin como um “criminoso” (p.112) à frente de um “esquadrão de valentões” (p. 80), foram então definidas pelo New York Times como repugnantes.

Pacifista, antimilitarista, internacionalista (Ford chegou a fretar um navio em 1915 para enviar uma delegação à Europa a fim de negociar o fim da I Guerra), sufragista, construtor de hidrelétricas, antifinancista (teve a idéia de uma moeda regional que detivesse o poder dos bancos), amante da dança e da jardinagem, antisemita e anti-sindicatos, Grandin salienta em Ford sua crença transcendentalista na possibilidade de perfeição do homem, sua aversão a tradicionalismos e, o que seria bem atual, laivos de ambientalismo: sua serraria industrial em Iron Mountain, River Rouge do Norte, teria

praticado experiências de reflorestamento e de reciclagem de resíduos (p 72, 73). Quando visitou a Inglaterra para promover o lançamento de seu Modelo A, ao ser informado do depósito de lixo em Dagenham, Essex, propôs a construção de uma usina para transformar seu calor em vapor para operar sua fábrica (p. 133). Vale também apontar a atualidade de sua ideia de eliminar todos os animais das fazendas (p.54).

O que se conhece menos, e que o livro de Grandin nos conta, é Ford como urbanista, construtor de núcleos urbanos que seriam comunidades industriais-rurais. E, tal como a grande maioria dos urbanistas, sua aversão a metrópoles. Em Pequaming e em Alberta, na península Superior, perto de Iron Mountain, Ford concretizou sua ideia de “totalidade industrial-rural” (p. 73), com ruas pavimentadas, grama, flores e atividades contínuas de pintura de todos os edifícios:

“Em vez de cabanas imundas, frias e infestadas de vermes, com as quais os trabalhadores estavam acostumados, Alberta era um oásis eletrificado da América moderna. Havia iluminação nas casas e ruas, passeios de cimento, chuveiros, salas de recreação e cinemas” (P. 75).

Em Muscle Shoals, ao longo do rio Tennessee, no noroeste do Alabama, Ford concebeu a implantação de uma nova “Arcádia industrial” nas palavras de Grandin, uma cidade longitudinal de 120 km de extensão, junto a fábricas de nitrato e represas para usinas hidrelétricas, um projeto que o célebre urbanista Frank Lloyd saudou como “uma das melhores coisas de que ele ouvira falar” (p. 79). Segundo o relato de Grandin, Muscle Shoals não se efetivou, não apenas porque o Congresso a rejeitara, mas também porque especuladores de Detroit se adiantaram, ali comprando terras – formando a Muscle Shoals Land Corporation - com o intuito de revendê-las com lucro ao próprio Ford. A região viria a ser objeto da Tennessee Valley Authority, do Presidente Franklin Delano Roosevelt, para levar eletricidade e empregos em um programa oposto ao de Ford, que preferia descentralização e indústrias em vilarejos.

Em 1929 Ford, amante de maquinarias antigas, criou Greenfield Village (próxima a River Rouge), um pequeno núcleo urbano que era um museu a céu aberto, uma “homenagem à América rural” (p. 255) e para onde mandou transplantar diversas edificações: uma agência de correio de 1803 de Connecticut, a oficina de bicicletas dos irmãos Wright, a casa de Edgar Allan Poe em Nova York, a casa de Walt Whitman, os laboratórios de seu amigo Thomas Edison em Menlo Park (New Jersey), a casa de fazenda de sua própria infância. Greenfield Village expressou a um só tempo a celebração do progresso tecnológico, dos artesãos e dos motores, e também a celebração da solidez de objetos feitos para durar: era “um antídoto ao fetichismo de bens de consumo baratos” (p. 258). Um detalhe ele se recusou a reproduzir em sua cidadezinha-museu: um banco (p. 257).

No mesmo ano de 1929, “depois de dirigir por uma floresta da Península Superior que considerava especialmente bonita, enviou uma equipe de trabalho para cavar um lago e construir um conjunto de doze bangalôs em torno de um gramado. Alberta, batizada por Ford com o nome do gerente de suas operações na Península Superior, tornou-se o mais novo acréscimo ao programa de indústrias em vilarejos, e seus trabalhadores dividiriam seu tempo entre o corte de árvores, o beneficiamento da madeira e a agricultura.[...] Hoje Alberta permanece intacta e é dirigida pela Universidade Técnica de Michigan como estação de pesquisa florestal e atração turística” (p. 320).

Passemos à experiência fordista de produção de látex na Amazônia.

No início do século XX o Brasil havia perdido o monopólio da borracha para a Malásia e Sumatra, no sudeste da Ásia (em 1915 a Ásia passara a exportar 370 mil toneladas, mais de dez vezes a produção amazônica). Quando em 1919 o preço da borracha asiática começou a cair, por causa da guerra, Winston Churchill aprovou a idéia de um cartel para sustentar os preços. Precavendo-se ao cartel, o Presidente dos EUA, Herbert Hoover, e seu Secretário do Comércio recomendaram então aos fabricantes estadunidenses que fizessem expedições científicas à Amazônia e investissem na produção de borracha na América Latina. Harvey Firestone e Henry Ford atenderam ao chamado, enquanto que Goodrich, Goodyear e U.S.Rubber continuaram a trabalhar com os britânicos.

Em 1924 Ford já havia cogitado em cultivar seringueiras na Flórida, em Everglades, mas desistiu porque os boatos sobre seu interesse provocaram a especulação de terras: especuladores de Detroit criaram a Florida and Cape Cod Realty Company para comprar e subdividir terras na cidade de Labelle, também para revendê-las a Ford. Firestone iniciou uma plantação de seringueiras na Libéria, mas Ford foi aconselhado a cultivá-las na sua origem, isto é, na Amazônia.

Muitos brasileiros participaram, em diferentes momentos, da empreitada de atrair Henry Ford para o Brasil: o diplomata José Custódio Alves de Lima; Monteiro Lobato, seu tradutor; o cafeicultor Jorge Dumont Villares; Dionysio Bentes, governador do Pará em 1925, que lhe ofereceu terras gratuitamente; Antonio Castro, prefeito de Belém; William Schurz, adido comercial dos EUA no Rio; Maurice Greite, um inglês sediado em Belém. Em 1926 Bentes concedeu a Villares, Schurz e Greite uma opção sobre 10 milhões de hectares no baixo vale do Tapajós (p. 94). Em 1926 Villares viajou a Dearborn (Michigan) para apresentar a Henry Ford e a seu filho Edsel um mapa rascunhado das terras, incluindo duas cidadezinhas que denominou de Fordville e Edselville.

Ford enviou ao Brasil um botânico da Universidade de Michigan, Carl de La Rue, que lhe fez um relatório sobre as excelências do vale do Tapajós – vegetação luxuriante, árvores que renderiam até um galão de látex por dia, ausência de pântanos em platôs

sem mosquitos - uma região em tudo superior a Sumatra. Descreveu também a extrema pobreza das pessoas, as crianças doentes, o sistema de escravidão por endividamento montado por comerciantes “sírios”. Grandin faz seu leitor supor que foi mais a perspectiva de resgatar essas gentes que motivou Henry Ford. Em 1927 ele dá procurações a dois de seus funcionários, O.Z.Ide e W.L.L. Reeves Blakeley para negociar uma concessão de terras:

“Ide desdobrou um mapa do vale do Tapajós, com um lápis preto traçou uma linha de 120 km rio acima, uma de outros 120 terra adentro e outra, paralela à primeira, voltando ao ponto de partida. Um total de 14562 km² [...] Num bloco de papel amarelo, Ide, Blakeley e Villares escreveram exatamente o que queriam na lei que iria ao Legislativo [...] pediram tudo em que puderam pensar: direito de exploração da madeira e reservas minerais, direito de construção de uma ferrovia e pistas de pouso, de erigir edificações sem a supervisão do governo, abrir bancos, organizar força policial privada, dirigir escolas, extrair energia de quedas d’água, represar rios, ficar isenta de impostos, ter autorização para enviar ao exterior peles e couros, óleos e sementes, madeira e outros artigos de qualquer natureza. Em troca, os negociadores da Ford obrigaram a empresa a apenas plantar 400 hectares de seringueiras no período de um ano.” (p. 116)

O estado do Pará cedeu a Ford pouco mais de um milhão de hectares, um pouco menos do que Ide havia delineado no mapa, a mil quilômetros de Belém e 160 km de Santarém. Metade eram terras públicas, que Ford recebeu de graça, e metade provinha de reivindicação de Villares, pela qual ele deveria pagar 125 mil dólares. Ali havia a aldeia Boa Vista, de propriedade da família Franco, egressa da Revolta da Cabanagem, de 1835. A aldeia foi comprada por quatro mil dólares à vista (p. 125) e a Companhia Ford Industrial do Brasil ficou sendo a proprietária legal das terras. Em 30 de setembro de 1927 o legislativo estadual paraense ratificou a concessão. Para a imprensa local, Ford estaria mais interessado era em petróleo, ouro e influência política e a soberania brasileira havia sido violada.

Dois navios de Ford – o Ormoc e o Lake Farge - trouxeram suprimentos e pessoal: um médico, um engenheiro eletricista, um químico, um contador e gerentes: “ciência, cérebro e dinheiro. Mas, sublinha Grandin, não tinha horticultor, agrônomo, botânico, microbiologista, entomologista ou qualquer pessoa que pudesse saber algo de seringueiras silvestres e seus inimigos” (p. 138). O Farge encalhou e seu capitão gastou cerca de 130 mil dólares para descarregar sua carga de 3.800 toneladas.

Enquanto esperava pelos navios, Blakeley, que tinha carta branca para gastar até doze milhões de dólares no empreendimento amazônico (p. 144), iniciou o desmatamento da área através de queimadas de centenas de hectares, com mortes de animais, exaustão e

doenças entre os trabalhadores contratados, que se sublevaram por receberem comida estragada.

Havia dificuldades de toda sorte: escândalos afloraram sobre subornos por trás da concessão de terras: “ao que parecia, o grande homem [Ford] foi convencido por um grupo de provincianos a pagar por terras que estavam sendo cedidas de graça.” (p. 151). As elites locais eram hostis, pois temiam perturbações nas relações de clientelismo praticadas. Contratar trabalhadores tornou-se difícil, pois os seringueiros desapareciam na selva tão logo ganhassem o suficiente para passar alguns meses sem trabalhar (p. 163). Ao mesmo tempo, a notícia sobre a Fordlândia atraía brasileiros pobres de outras regiões, mas a taxa de rotatividade era muito alta: “Fordlândia precisava fazer cerca de seis mil contratações para manter uma folha de pagamento de dois mil.” (p. 166). Muitos desses preferiram ficar em assentamentos na periferia, escapulindo da disciplina rígida fordista e praticando uma economia de serviços, como na localidade de Pau d’Água. Doenças enchiam o hospital de Ford: sífilis, malária, beribéri, disenterias, micoses, parasitoses, doenças venéreas: “ao final de 1929, noventa pessoas foram enterradas no cemitério da empresa, inclusive filhos dos gerentes vindos dos Estados Unidos”. (p. 172, 173). Quem sobrevivia enfrentava náuseas e pesadelos causados por comprimidos diários de quinino, empregados na profilaxia da malária. As famílias dos gerentes estrangeiros relataram o convívio com “insetos grandes como lagostas”, piuns, morcegos-vampiros. No início de 1929, “Ford já havia gasto mais de um milhão e meio de dólares, com poucos resultados” (p. 174). Fordlândia também enfrentava dificuldades com o governo brasileiro, federal e estadual, na forma de embargo de material, taxações a importações e exportações (a isenção fiscal chegou depois, em 1933, com Vargas). Sementes importadas tinham sido apreendidas e a direção acabou usando sementes locais, plantando-as erradamente na época da seca. As mudas nasciam fracas, pois a gasolina usada nas queimadas tinha também afetado o solo desmatado. A atividade complementar de Fordlândia, a extração de madeira e a serraria, também não deu certo e as madeiras armazenadas ou apodreciam ou empenavam.

Apesar destas dificuldades, ao final de 1930 “parecia que a Fordlândia tinha superado seu começo difícil” (p. 231): índios mundurucus forneciam um suprimento de sementes nativas; equipes de saneamento inspecionavam roupas, disposição do lixo, casas dos trabalhadores; oito mil metros quadrados de seringais estavam formados, com mudas de 1,80 de altura alinhadas em “filas perfeitas”; a “docilidade dos trabalhadores brasileiros” era elogiada em relatórios. Foi então que uma sublevação foi deflagrada em dezembro de 1930 e seu estopim foi o novo sistema de refeições: seu custo passava a ser deduzido dos salários, sua dieta seguia os gostos de Henry Ford (aveia, cereais integrais, enlatados), filas substituíram garçons e o novo refeitório, de concreto e telhas de amianto, era uma fornalha. “A multidão ficou enlouquecida.

Depois de demolir o refeitório destruíram tudo que pudesse ser quebrado [...] arrancaram pilares do píer, atiraram cargas no rio, destruindo caminhões, tratores e carros, queimaram arquivos e atearam fogo à oficina [...] Cantavam “o Brasil para os brasileiros, matem todos os americanos” (p. 234, 236).

Mas o grande problema foi a própria “*plantation*”. Os homens de Ford aplicaram as técnicas da produção intensiva plantando as seringueiras em linhas, próximas umas às outras: segundo os planos, dois homens plantavam de 160 a 200 árvores por dia, usando de 2 a 3 minutos no plantio de cada muda. Assim era feito no sudeste da Ásia, onde as seringueiras foram plantadas aos milhares por hectare sem maiores problemas, pois lá não existiam os fungos nem os predadores nativos amazônicos. Mas na Amazônia esta técnica de *plantation* foi um erro enorme. Se a primeira leva de seringueiras não prosperou porque as sementes não eram boas e porque haviam sido plantadas em solo calcinado, a segunda leva acabou dizimada por fungos, insetos e toda sorte de praga. A *Hevea* brasileira silvestre dá de forma espontânea e afastada umas das outras (duas a três para cada 4 mil metros quadrados), o que reduz a propagação das lagartas, formigas, moscas brancas, percevejos e todo tipo de pragas que se alimentam de suas folhas. A floresta densa à sua volta as protege do excesso de sol e chuva. Mas mudas de Fordlândia ficavam expostas aos ventos, ao sol e sobretudo às pragas.

A diretoria de Ford – tanto a local quanto a de Dearborn (sede da Ford em Michigan) – decidiu então condenar as plantações em Fordlândia e transferir-se para um platô rio Tapajós acima, próximo a uma cidade já estabelecida, Itaituba. “Depois de gastar seis anos e US\$ 7 milhões [...] os agentes de Ford, em 1936, trocaram um pouco mais de 202 mil hectares ainda inexplorados da Fordlândia por uma área equivalente na nova localidade, que chamaram de Belterra.” (p. 311). Foram plantadas 700 mil árvores e cultivado um viveiro com 5 milhões de mudas.

As casas de Belterra seguiam o estilo Cape Cod das casas de Alberta; havia escolas, hospital, esquadrão de saneamento, jardins (Ford incentivava a jardinagem), salão de dança, um campo de golfe. A proximidade de Santarém facilitava os contatos. O terreno plano tornava os cuidados com o cultivo menos trabalhosos. A disciplina fordista também havia abrandado.

Tudo parecia correr bem até que os insetos atacaram: ácaros vermelhos, moscas brancas, formigas pretas, besouros brancos, gafanhotos, mandruvás, aranhas (que atacavam também máquinas, causando curto circuito em equipamentos telegráficos – p. 327). E sobretudo as lagartas. A empresa mobilizou toda a população, que em cinco horas colheu cerca de 250 mil lagartas que foram queimadas. Foi preparado um xarope venenoso com veneno de timbó, mandioca, óleo de peixe, querosene e um composto de

sulfato e arseniato de nicotina. Seringueiras híbridas, enxertadas, de maior rendimento e robustez, foram plantadas em novos 8 mil hectares (p.329).

Em 1937 John Rogge, um dos diretores de Belterra, morreu afogado no rio Tapajós; outro diretor, Pringle, teve um colapso nervoso e retornou definitivamente a Michigan. Em 1937 os trabalhadores de Belterra e Fordlândia organizaram-se em sindicato, reconhecido legalmente em 1939. Em outubro de 1940 o Presidente Getúlio Vargas visitou Belterra e fez um discurso que, embora louvasse os termos humanitários do empreendimento, testemunhava seu fracasso econômico. Grandin assim o descreve:

“Vargas pareceu repudiar o tipo de holismo rural/industrial motivado pelo respeito à natureza que o industrial acreditava poder conseguir [...] Conhecido como ‘Marcha para o Oeste’, o discurso de Vargas não tinha clemência com a natureza. ‘A mais elevada tarefa do homem civilizador, disse o presidente brasileiro, era ‘conquistar e dominar os vales das grandes torrentes equatoriais’”. (p. 337)

Em 1941, não mais os insetos, mas a “praga das folhas” infectou as copas das seringueiras híbridas, aniquilando os 70% dos novos lotes plantados. Belterra havia produzido 750 toneladas de látex, bem abaixo do consumo anual de 20 mil toneladas da própria indústria Ford.

Com a eclosão da II Guerra Mundial e a ocupação japonesa no sudeste da Ásia, a borracha brasileira voltou a ser estratégica. Roosevelt assinou tratados com os países amazônicos e Vargas começou a trabalhar em conjunto com a Rubber Development Corporation e organismos do governo dos Estados Unidos. A migração interna em direção à Amazônia foi encorajada e tudo prometido aos ‘soldados da borracha’ (p. 342). Botânicos do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos vieram para Fordlândia e Belterra para a produção de clones de seringueiras, mas “pragas e insetos continuaram a solapar todos os esforços” (p. 343) e extraía-se somente cerca de 178 quilos de látex por hectare, duas vezes menos os que os camponeses de Sumatra haviam conseguido ainda em 1930.

Fordlândia e Belterra atraíram atenções (Walt Disney visitou Fordlândia em 1941 para fazer um documentário); um campo de pouso foi construído durante a guerra. O governo dos EUA chegou a tentar conversar com Ford sobre a possibilidade de ali alocar judeus refugiados da guerra, apesar de reconhecer que isso seria para eles uma perda de condição social porque os trabalhadores na Amazônia eram ‘nativos de cor’ e apesar de saber do antisemitismo de Ford. (p. 346). Segundo Grandin, Fordlândia e Belterra, com suas ruas limpas, serviços públicos, assistência médica, higiene, jardins e bangalôs agradáveis, ficaram como símbolo das possibilidades da cooperação exterior, mas ficaram também, ponderamos nós, como um exemplo efetivo dos erros de gestão e

da impossibilidade de convivência do industrialismo com a floresta: ou a indústria humana é derrotada pelo “inferno verde” ou a dizima.

Quando o neto de Ford, Henry Ford II, herdou o império de seu avô, em 1945, Fordlândia e Belterra haviam consumido 20 milhões de dólares e estavam avaliadas em US\$ 8 milhões. Ele as vendeu ao governo brasileiro por US\$ 244.200 (p.348), que as entregou ao Instituto Agrônomo do Norte; seu chefe, o agrônomo Felisberto Camargo, mandou arrancar grande parte das seringueiras, substituindo-as pelo plantio de juta, cacau e introduzindo ali o gado zebu. Terminada a Guerra Mundial, os barões da borracha (os seringalistas que exploravam os seringais silvestres) “fizeram lobby para que o Rio [isto é, o governo federal] deixasse de subsidiar as plantações de seringueiras e reduzisse sua assistência à saúde, educação e outros serviços que ameaçavam solapar seu poder [...] Os comerciantes da borracha conseguiram grande parte do que queriam”. O sistema de endividamento voltou, Camargo foi transferido para o Rio (pgs. 352-353).

Ford, que nunca pôs os pés em seu empreendimento amazônico, havia tentado implantar no Pará o seu ‘capitalismo ao estilo Ford’ – altos salários, benefícios humanos e melhoria de ânimo, sem intromissões de governos (p. 345) e assim, sendo uma cunha de modernidade frente à exploração oligárquica. Grandin define Fordlândia e Belterra como a “representação cristalina da utopia que impelia o fordismo e o americanismo” (p. 353), bem como da fé de que a tecnologia resolveria qualquer problema social decorrente do progresso. O autor termina por concordar que Fordlândia é uma “parábola da arrogância”, mas ressalva, não da arrogância de pensar que se podia domar a Amazônia, mas de “acreditar que as forças do capitalismo, uma vez liberadas, poderiam ser contidas”. (p. 354) A frase é ambígua e soa errônea, pois o relato desta saga mostra as forças capitalistas contidas sim, tanto pela floresta quanto pela espécie de capitalismo político vigente no Brasil.

Além da história minuciosa de Fordlândia e Belterra, rica em registros detalhados, Grandin traça um perfil de Henry Ford bastante positivo: além de seu espírito empreendedor já bem conhecido, de inventor e *tycoon* da indústria, de seus laivos de ambientalismo, passamos a conhecer sua atitude crítica de antifinancista: segundo Grandin, Ford chegou a declarar que a Grande Depressão de 1929 foi benéfica (p. 244) por ter atacado os “inescrupulosos trocadores de dinheiro de Wall Street”, expressão usada por F.D.Roosevelt. Este traço merece destaque nos dias atuais, em que o mundo atravessa crises financeiras que não são exatamente crise dos bancos e sim crises criadas por estes.